



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
“ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES”

A Licitante através desse documento demonstra o atendimento aos itens e subitens obrigatórios constantes das especificações técnicas (ANEXO I deste Termo de Referência), onde será indicada a localização da informação que garanta o atendimento de cada requisito específico, apontando exatamente os itens/subitens nos documentos oficiais do fabricante da ferramenta que implementam o requisito. Todas as características técnicas obrigatórias deverão ser do fabricante e comprovadas por meio de folders, catálogos, manuais, ou impressão de páginas na Internet do fabricante. As indicações de comprovação de atendimento deverão, ainda, ser submetidas à prova de conceito, conforme previsto neste Edital.

item 1 - Solução informatizada de governança, riscos e *compliance* (GRC) , na modalidade software como serviço (SaaS)

1.1. REQUISITOS GERAIS

1.1.1. Integrar os conceitos de planejamento estratégico, gestão operacional e controles internos;

Comprovação do atendimento:

1.1.2. Possuir funcionalidades que possibilitem a realização da Gestão de Riscos, Gestão de Continuidade do Negócio, Gestão de Conformidades e de Auditoria Baseada em Riscos, que possibilite o trabalho de forma integrada das três linhas de defesa: gestão da área que tem os riscos analisados/avaliados, gestão de riscos corporativos e auditoria interna baseada em riscos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.1.3. Permitir o alinhamento organizacional nos níveis estratégico, tático e operacional, possibilitando a conformidade com regulamentos governamentais e institucionais;

Comprovação do atendimento:

1.1.4. Administrar processos relacionados a várias atividades, inclusive a definição de metas estratégicas, indicadores críticos de desempenho, gestão de riscos, gestão de processos, aplicação de indicadores e controles, auditorias e ações corretivas;

Comprovação do atendimento:

1.1.5. Suportar a gestão de riscos do início ao fim com uma ferramenta robusta e completamente integrada com outras funções de governança, riscos e conformidade, incluindo a conformidade regulamentar e a auditoria interna baseada em riscos;

Comprovação do atendimento:

1.1.6. Possibilitar a elaboração de consultas gerenciais customizadas de acordo com as necessidades e periodicidade definidas pelos usuários, com filtros que permitam sua emissão com seleção de atributos;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.1.7. Permitir a criação de consultas salvas e compartilhamento das mesmas para grupos de usuários da solução;

Comprovação do atendimento:

1.2. REQUISITOS DE GESTÃO DE RISCOS

1.2.1. Permitir a definição das estruturas organizacionais do TRT7 que serão objetos da gestão de riscos corporativos;

Comprovação do atendimento:

1.2.2. Permitir a Gestão completa dos Riscos Corporativos, disponibilizando ferramentas para analisar, gerir e acompanhar de forma integrada os riscos organizacionais;

Comprovação do atendimento:

1.2.3. Permitir o registro da missão, da visão, da cadeia de valor, dos objetivos, das iniciativas estratégicas, das incertezas críticas e da política de gestão de riscos;

Comprovação do atendimento:

1.2.4. Permitir a vinculação de indicadores e iniciativas aos objetivos estratégicos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.2.5. Permitir o acompanhamento de iniciativas e responsabilidades das metas estratégicas;

Comprovação do atendimento:

1.2.6. Permitir a mensuração do desempenho em relação às metas, monitorando o progresso das iniciativas estratégicas com base nos indicadores;

Comprovação do atendimento:

1.2.7. Permitir uma abordagem estratégica na identificação dos principais objetivos da organização e dos riscos existentes para o alcance desses objetivos;

Comprovação do atendimento:

1.2.8. Possuir uma maneira sistemática e estruturada de alinhamento do risco com as estratégias institucionais;

Comprovação do atendimento:

1.2.9. Permitir a gestão de riscos baseada na norma ISO 31.000:2018 e nos frameworks COSO I e COSO II, para garantir uma terminologia e metodologia de acordo com as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

necessidades da organização;

Comprovação do atendimento:

1.2.10. Contemplar todos os aspectos do processo de gestão de riscos, da identificação inicial do risco, passando pela avaliação e análise, até a mitigação e o monitoramento e análise crítica, gerenciando os incidentes e garantindo a execução das ações e a devida comunicação;

Comprovação do atendimento:

1.2.11. Possuir a habilidade de identificar e avaliar os riscos mais significativos para o alcance dos objetivos e oportunidades;

Comprovação do atendimento:

1.2.12. Permitir a gestão dos riscos para vários escopos diferentes (projetos, processos, ativos, produtos, scorecards, etc);

Comprovação do atendimento:

1.2.13. Possibilitar a criação de dicionários de riscos, fatores de riscos, riscos associados e controles de toda a organização;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.2.14. Permitir uma visão integrada dos processos críticos, fatores de riscos, controles, riscos inerentes e residuais, planos de ação e cadeia de valor;

Comprovação do atendimento:

1.2.15. Definir, classificar e quantificar os critérios utilizados para análise e avaliação de riscos (probabilidade e impacto);

Comprovação do atendimento:

1.2.16. Permitir a análise de riscos de processos de negócios possibilitando aos usuários gerenciar e modificar os fluxos de trabalho da análise;

Comprovação do atendimento:

1.2.17. Permitir um ambiente colaborativo para definir detalhes dos processos de negócio, como entradas/saídas, recursos, custos, duração e calendários específicos;

Comprovação do atendimento:

1.2.18. Permitir a classificação dos tipos de processos e atividades;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.2.19. Permitir o registro de indicadores de desempenho dos processos;

Comprovação do atendimento:

1.2.20. Permitir a identificação dos riscos nos processos de forma que os responsáveis pelo processo tenham visibilidade sobre todos os riscos associados ao mesmo;

Comprovação do atendimento:

1.2.21. Realizar a estimativa da perda financeira caso o risco seja materializado;

Comprovação do atendimento:

1.2.22. Permitir a vinculação de documentos às etapas do processo;

Comprovação do atendimento:

1.2.23. Permitir a integração de diversas disciplinas de riscos, criando inteligência em riscos corporativos. Cada disciplina pode possuir parâmetros de análises diferenciados, porém, todos podem ser visualizados em uma Matriz de Riscos única;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.2.24. Permitir a representação gráfica dos resultados das análises da gestão de riscos corporativos, podendo ser adaptadas em cada uma das disciplinas, trabalhando dessa forma riscos e causas;

Comprovação do atendimento:

1.2.25. Permitir o agrupamento de riscos no nível organizacional;

Comprovação do atendimento:

1.2.26. Permitir que riscos identificados em um processo específico sejam visualizados e desdobrados através da estrutura do processo;

Comprovação do atendimento:

1.2.27. Classificar os riscos, pelo menos, de acordo com o impacto para a organização e com a probabilidade da ocorrência no processo;

Comprovação do atendimento:

1.2.28. Permitir a parametrização dos métodos de avaliação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.2.29. Permitir a avaliação de riscos quantitativa e qualitativa;

Comprovação do atendimento:

1.2.30. Proporcionar avaliações e comparações do risco residual e risco inerente, com alertas proativos quando os limites são excedidos;

Comprovação do atendimento:

1.2.31. Permitir a análise de causa e de tendência para os problemas e perdas;

Comprovação do atendimento:

1.2.32. Avaliar os riscos considerando as suas várias dimensões utilizando critérios de impacto e probabilidade e workflows para garantir o correto uso dos dados;

Comprovação do atendimento:

1.2.33. Permitir o registro das respostas aos riscos, que incluem evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar, cujo principal insumo para tratamento advém dos Fatores de Risco (causas)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

identificados e priorizados;

Comprovação do atendimento:

1.2.34. Permitir a associação de riscos, controles e atividades de mitigação;

Comprovação do atendimento:

1.2.35. Permitir o registro de atributos que o controle deve garantir para ser eficaz;

Comprovação do atendimento:

1.2.36. Enviar automaticamente notificações aos responsáveis pela aplicação dos controles;

Comprovação do atendimento:

1.2.37. Permitir o acompanhamento dos prazos e dos progressos da aplicação dos controles de mitigação dos riscos;

Comprovação do atendimento:

1.2.38. Monitorar a eficácia das atividades de mitigação, controles e políticas, assim como as mudanças nos riscos e requerimentos através de indicadores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.2.39. Permitir a interconectividade entre os riscos, identificando o quanto a materialização de um risco pode influenciar outros riscos, por meio da Matriz de Priorização dos Riscos, proveniente do cruzamento da Matriz de Impactos Cruzados e da Matriz de Riscos Residuais;

Comprovação do atendimento:

1.2.40. Oferecer mapas de calor para análise e monitoramento dos riscos;

Comprovação do atendimento:

1.2.41. Comunicar os resultados através de relatórios configuráveis, mapas de calor com desdobramento, tendências e lista dos principais riscos;

Comprovação do atendimento:

1.2.42. Permitir uma visão global de todas as atividades relacionadas aos riscos através de dashboards personalizados;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.2.43. Possuir dashboard com painel gerencial, que disponibiliza para os usuários dados táticos e estratégicos de forma gráfica e analítica, com os principais resultados da análise da gestão de riscos corporativos;

Comprovação do atendimento:

1.2.44. Monitorar as perdas e penalidades dos processos;

Comprovação do atendimento:

1.2.45. Possibilitar a emissão de relatórios de todas as análises de risco realizadas;

Comprovação do atendimento:

1.3. REQUISITOS DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

1.3.1. Atender as Normas ISO 22301:2013 (Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios - Requisitos) e ISO 22313:2015 (Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios - Orientações);

Comprovação do atendimento:

1.3.2. Permitir a identificação dos processos críticos, a análise do impacto no negócio e qual o tempo que a organização suporta operar sem tais processos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.3.3. Permitir a elaboração das Estratégias de Continuidade;

Comprovação do atendimento:

1.3.4. Permitir a elaboração de Planos e Ações Operacionais;

Comprovação do atendimento:

1.3.5. Permitir a elaboração de Plano de Emergência, Crise, Continuidade do Negócio e Recuperação de Desastre a partir dos processos críticos e dos riscos;

Comprovação do atendimento:

1.4. REQUISITOS DE GESTÃO DE CONFORMIDADE

1.4.1. Permitir a avaliação de questões legais, como um normativo publicado, que possa vir a impactar o negócio do órgão, possibilitando o cadastro dos requisitos normativos e controle do nível conformidade;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.4.2. Permitir a elaboração de questionário com perguntas para que o responsável do setor pontue quanto a conformidade ou não perante as perguntas. Para cada pergunta, além da conformidade, deve ser possível estabelecer a criticidade para a pergunta, escrever um comentário e anexar evidências quanto à conformidade ou não do questionário;

Comprovação do atendimento:

1.4.3. Permitir o estabelecimento de planos de ações, após as respostas do questionário, a fim de adequação das não conformidades identificadas, garantindo a realização de todo o acompanhamento até o devido atendimento legal;

Comprovação do atendimento:

1.4.4. Permitir a definição dos requisitos de conformidade aplicáveis e acompanhar a sua implementação em tempo real para cada processo da unidade de negócio;

Comprovação do atendimento:

1.4.5. Permitir o controle de revisões dos requisitos de conformidade;

Comprovação do atendimento:

1.4.6. Permitir que cada programa de avaliação de conformidade tenha seus próprios critérios, respostas possíveis, pontuação e pesos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.4.7. Possuir critérios de Classificação de Motricidade dos Fatores de Riscos/Não Conformidades, focando na priorização do tratamento ou anulação, evitando a materialização dos riscos;

Comprovação do atendimento:

1.4.8. Permitir a análise de conformidade, para avaliar o nível de cumprimento dos requisitos;

Comprovação do atendimento:

1.4.9. Permitir evidenciar eventos de não conformidade;

Comprovação do atendimento:

1.4.10. Armazenar as consequências da não conformidade com os requisitos;

Comprovação do atendimento:

1.4.11. Possuir a habilidade de criar tarefas ou atividades relacionadas à conformidade para monitorar a responsabilidade e o cumprimento das mesmas;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.4.12. Possuir a habilidade de relacionar requisitos externos aos programas de conformidade;

Comprovação do atendimento:

1.5 REQUISITOS DA CONFORMIDADE COM A LGPD

1.5.1. Permitir o cadastro de formulários de tratamento a serem utilizados pelas unidades de negócios, organizados em categorias, apresentando responsável, equipe, situação (ativo ou inativo), data de criação (não editável, para fins de histórico) e seus campos ordenáveis.

Comprovação do atendimento:

1.5.2. Permitir a gestão em destaque dos riscos de conformidade com a LGPD;

Comprovação do atendimento:

1.5.3. Permitir o cadastramento de dados que deverão ser alvos do tratamento de dados;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.5.4. Permitir a emissão de relatório de impacto de proteção de dados.

Comprovação do atendimento:

1.6. REQUISITOS DE AUDITORIA BASEADA EM RISCOS

1.6.1. Permitir a criação de auditorias conforme a necessidade do usuário, suportando todos os tipos de auditoria, incluindo auditorias internas, operacionais, de TI, de fornecedores, de riscos/controles e auditorias da qualidade;

Comprovação do atendimento:

1.6.2. Possuir um amplo escopo de auditorias, incluindo processos, áreas/departamentos, ativos, projetos e controles;

Comprovação do atendimento:

1.6.3. Deve ser possível realizar auditorias específicas dentro da ferramenta, para controles e possíveis riscos que ainda não estejam mapeados/apresentados no módulo Gestão de Riscos;

Comprovação do atendimento:

1.6.4. Deve ser possível definir os processos que serão auditados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Comprovação do atendimento:

1.6.5. Oferecer funcionalidades para gerenciar o ciclo de vida completo de uma auditoria, incluindo agendamento, preparação, desenvolvimento de planos de auditoria padrão e teste (mediante checklist ou amostras e atributos de controle), coleta de dados, execução, relatórios e monitoramento;

Comprovação do atendimento:

1.6.6. Possibilidade de relacionar atividades de auditoria com atividades de controle e riscos;

Comprovação do atendimento:

1.6.7. Conduzir auditorias baseadas em controles criando vários projetos de auditoria de diferentes tipos;

Comprovação do atendimento:

1.6.8. Permitir a gestão facilitada e efetiva de múltiplas auditorias, auditores e tipos de auditoria;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.6.9. Permitir ao setor operacional a visualização das recomendações e a realização de planos de ação;

Comprovação do atendimento:

1.6.10. Permitir aos auditores o monitoramento dos planos de ação;

Comprovação do atendimento:

1.6.11. Permitir aos auditores o registro de procedimentos com a descrição das fases para a realização do teste do controle;

Comprovação do atendimento:

1.6.12. Possibilitar a avaliação da eficácia de um dado controle a partir da parametrização da quantidade de falhas permitidas para ele, permitindo a anexação das devidas evidências;

Comprovação do atendimento:

1.6.13. Permitir ao auditor a formalização do parecer descrevendo as situações identificadas que o levaram a definir o controle como eficaz ou não;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.6.14. Para os controles que forem testados pela Auditoria e tenham um parecer ineficaz, permitir a elaboração de um plano de ação para que o responsável pelo controle busque melhorar ou até mesmo substituí-lo por um controle eficaz;

Comprovação do atendimento:

1.6.15. Possibilitar o agendamento de auditorias futuras;

Comprovação do atendimento:

1.6.16. Permitir a consolidação de todo o processo, incluindo a matriz de riscos e de controles, para cada processo que pode ser atualizado durante as auditorias;

Comprovação do atendimento:

1.6.17. Permitir o cadastro de critérios de avaliação e de resultado;

Comprovação do atendimento:

1.6.18. Permitir o registro de evidências, incidentes, níveis de conformidade e comentários para cada requisito auditado;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.6.19. Permitir o registro de melhores práticas, oportunidades de melhoria, não conformidades, pontos negativos e positivos, recomendações, conclusões, resultados e pontuação para os critérios de auditoria;

Comprovação do atendimento:

1.6.20. Visualizar as auditorias do usuário logado, permitindo, assim, o acompanhamento de ocorrências e incidentes derivados das auditorias em questão;

Comprovação do atendimento:

1.6.21. Permitir o anexo de arquivos eletrônicos ou documentos relacionados ao processo de auditoria;

Comprovação do atendimento:

1.6.22. Permitir a aprovação das auditorias pelo revisor;

Comprovação do atendimento:

1.6.23. Permitir o monitoramento de evidências e incidentes pendentes;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.6.24. Permitir a consulta de auditorias, ocorrências e cronograma de auditorias;

Comprovação do atendimento:

1.6.25. Permitir a geração automática de relatórios de auditoria com a listagem dos problemas, incluindo checklists e ações tomadas;

Comprovação do atendimento:

1.6.26. Permitir a geração de relatórios gráficos e com identificações visuais dos objetivos estratégicos e a avaliação dos riscos para cada critério de avaliação;

Comprovação do atendimento:

1.7. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

1.7.1. A solução deve estar armazenada e funcionar a partir da nuvem na modalidade Software as a Service (SaaS), sendo possível o acesso, a qualquer momento, dos usuários de qualquer local através de acesso web;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.7.2. Deve estar hospedado em serviço na Nuvem de forma segura, com garantias de continuidade do serviço e recuperação de desastres;

Comprovação do atendimento:

1.7.3. Deve ser disponibilizado licença/acesso de quantidade contratada para uso simultâneo (licenças concorrentes). As licenças fornecidas não devem ser nomeadas, permitindo assim o cadastro de um número ilimitado de usuários;

Comprovação do atendimento:

1.7.4. Possuir módulo único e central de administração do ambiente, com controle de acesso por identificação e senha, cadastro de usuários, grupos e transações e definição de perfis de acesso, onde as permissões para cada uma das transações possam ser dadas diretamente ao usuário ou implicitamente através de um grupo do qual ele faça parte;

Comprovação do atendimento:

1.7.5. Permitir a definição do nível de acesso, direitos e permissões de cada usuário ou grupo de usuários no sistema, a partir da definição de quais funcionalidades do software serão disponibilizadas, assim como as informações de cada um dos setores, permitindo o controle de acesso e registro de log de operações realizadas no sistema;

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.7.6. A ferramenta deve prover mecanismos de segregação de usuários através de nível de atuação (gestores de risco, auditores, gestores de conformidade, suporte, administração, etc);

Comprovação do atendimento:

1.7.7. Utilizar e apresentar mensagens e telas no idioma português do Brasil, sem customização ou instalação de recursos adicionais;

Comprovação do atendimento:

1.7.8. Possuir interface para monitoramento de notificações enviadas por e-mail;

Comprovação do atendimento:

1.7.9. Ser compatível pelo menos com os seguintes navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge;

Comprovação do atendimento:

1.7.10. Permitir a emissão de relatórios em formato PDF, Planilhas e CSV (Comma Separated Values);

Comprovação do atendimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.7.11. Permitir visualizar análises gráficas (Analytics) e tabelas com recursos de drill down e filtros avançados para análise de informações gerenciais;

Comprovação do atendimento:

1.7.12. Possuir interface responsiva que permita acesso das principais funções através de tablets e smartphones;

Comprovação do atendimento:

1.7.13. Realizar comunicação segura entre os diferentes componentes da solução e com a estação de trabalho usando padrões de criptografia e protocolos, ambos não proprietários (Ex. SSL);

Comprovação do atendimento:

1.7.14. Registrar as atividades em trilhas de auditoria mantendo o registro das alterações feitas nos dados e documentos com data, hora e usuário;

Comprovação do atendimento:

1.7.15. Registrar os acessos efetuados por todos os usuários em um arquivo de log, para fins de auditoria e elaboração de relatórios gerenciais. Esses dados serão acessíveis apenas por um grupo determinado de usuários autorizados, contendo no mínimo os seguintes dados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

usuário, data, hora, transação realizada;

Comprovação do atendimento:

1.7.16. Suportar mecanismo de autenticação única (Single Sign-On - SSO), de modo que os usuários possam efetuar logon na solução de GRC utilizando as mesmas credenciais da rede interna do Tribunal. Esse mecanismo deverá ser nativo e configurável dentro da própria ferramenta, fazendo uso de padrões abertos de autorização (SAML/oAuth) ou possibilitando a sincronização automática dos usuários e senhas da solução de GRC (em nuvem) com o Active Directory (AD) da Microsoft localizado na rede interna (on premise) do Tribunal;

Comprovação do atendimento:

1.7.17. Todas as senhas de usuários devem ser armazenadas utilizando algoritmos de criptografia;

Comprovação do atendimento:

1.7.18. Disponibilizar espaço de armazenamento de dados que garanta a boa performance do sistema e que seja compatível com a necessidade de utilização da CONTRATANTE, conforme a demanda, desde que dados e arquivos inseridos estejam de acordo com o escopo de utilização do software, podendo a CONTRATADA limitar o tamanho do upload a 25Mb por arquivo.

Comprovação do atendimento: